

# Pobreza no trabalho: O papel dos rendimentos e da situação familiar

## Portugal, Balanço Social 2022 – Nota intercalar

Bruno P. Carvalho, Universidade Carlos III de Madrid e ECARES (Université Libre de Bruxelles)

Mariana Esteves, Nova School of Business and Economics

Miguel Fonseca, Nova School of Business and Economics

Susana Peralta, Nova School of Business and Economics



Fotografia de capa de Kai Pilger, retirada de *Unsplash*.

Esta nota é um complemento ao relatório anual "Portugal, Balanço Social", um projeto da [Iniciativa para a Equidade Social](#), uma parceria entre a Fundação "la Caixa", o BPI e a Nova SBE, que visa impulsionar o setor social em Portugal com uma visão de longo prazo, traçando um retrato e desenvolvendo programas de investigação e capacitação para apoiar organizações sociais. O relatório anual "Portugal, Balanço Social" destina-se a traçar um retrato socioeconómico das famílias portuguesas, com ênfase nas situações de privação e pobreza e, quando possível, no acesso às respostas sociais existentes em Portugal. Consulte o relatório [Portugal, Balanço Social 2021 aqui](#).

## EQUIPA



**SUSANA PERALTA**  
Coordenadora Científica



**BRUNO P. CARVALHO**  
Coordenador Científico



**MARIANA ESTEVES**  
Investigadora



**MIGUEL FONSECA**  
Investigador

## SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Cerca de **10% dos 4,5 milhões de trabalhadores em Portugal eram pobres** em 2019, face a 9% na média da União Europeia.
2. A **pobreza afeta** quase 4 vezes **mais** aqueles que trabalham por **conta própria** (28,9% vs. 7,7% dos que trabalham por conta de outrem), 3 vezes mais os que trabalham a **tempo parcial** (29,6% vs. 9,0% para tempo inteiro) e 2 vezes mais os que têm **contratos temporários** (11,9% vs. 6,4% para os permanentes).
3. Os **trabalhadores pobres receberam cerca de 2 vezes menos rendimentos de trabalho** brutos do que a média dos trabalhadores (9,6 mil vs. 18,4 mil €); cerca de **8% têm rendimentos de capital** (vs. 21% dos trabalhadores) e **54% recebem transferências sociais** (vs. 34% dos trabalhadores).
4. Se **não existissem transferências sociais**, a taxa de pobreza no trabalho seria **19%**.
5. A correlação entre a evolução do salário mínimo e a redução da taxa de pobreza no trabalho é baixa.
6. Em 2019, o salário mínimo era 8 400€, acima da linha de pobreza (6 480€). A média dos rendimentos de trabalho dos trabalhadores pobres era 8 032€, o que sugere que **muitos trabalhadores pobres recebem menos do que o salário mínimo**.
7. Cerca de **38% dos trabalhadores pobres auferiam “rendimentos compatíveis com o salário mínimo”** em 2019, e 24,7% auferiam menos.
8. Entre os trabalhadores com “rendimentos compatíveis com o salário mínimo”, 11% tinham contratos temporários. De entre os que ganhavam menos, 29,4% tinham contratos temporários.
9. Mais de metade dos trabalhadores pobres que não têm “baixas remunerações” (menos de 8850€/ano), o que significa que **a mitigação da pobreza no trabalho não passa apenas pelo aumento dos rendimentos do trabalho**.
10. A **pobreza no trabalho entre as mulheres é mais frequentemente uma questão de baixos rendimentos** de trabalho do que de número de dependentes, que apenas agrava a situação.
11. Três factos realçam a importância **das transferências sociais no alívio da pobreza no trabalho**, uma vez que os rendimentos do trabalho não a explicam completamente. **Dos trabalhadores pobres,**
  - **45,6%** auferem “baixas remunerações”
  - **24,7%** auferem **menos do que o “rendimento compatível com o salário mínimo”**
  - Cerca de **52% não seriam pobres se vivessem sozinhos**, apenas com os seus rendimentos do trabalho.

## ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	4
2. QUEM SÃO OS TRABALHADORES POBRES?	7
3. RENDIMENTOS DOS TRABALHADORES	14
4. A IMPORTÂNCIA DAS BAIXAS REMUNERAÇÕES E DO SALÁRIO MÍNIMO PARA A POBREZA NO TRABALHO	22
APÊNDICE TÉCNICO	31
ANEXO	32

## 1. Introdução

### Que percentagem dos trabalhadores são pobres em Portugal e na UE?

A taxa de risco de pobreza em Portugal era, em 2019, de 16,2%, o que compara com 17,1% na União Europeia (UE-27).<sup>1</sup> Um dos determinantes da pobreza é a condição perante o trabalho; no entanto, muitas vezes, trabalhar não é suficiente para a evitar.

Em Portugal, dos 4,5 milhões de trabalhadores, 10% estavam em risco de pobreza em 2019 (acima do valor para a UE-27, 9%). Um trabalhador está em risco de pobreza se, trabalhando, fizer parte de um agregado cujo rendimento equivalente disponível for inferior ao limiar de 60% do rendimento equivalente disponível mediano.

Como mostra a Tabela 1, as pessoas que trabalham enfrentaram um menor risco de pobreza do que as pessoas desempregadas, reformadas ou inativas. No entanto, há ainda 439 242 pessoas que, trabalhando, se encontram em situação de pobreza.

#### Rendimento equivalente do agregado familiar

O rendimento por adulto equivalente obtém-se dividindo o rendimento total da família por um quociente que traduz a composição familiar e as necessidades de consumo a ela associadas. É construído da seguinte forma: atribui-se o peso de 1 à primeira pessoa adulta, 0,5 às restantes e 0,3 aos menores de idade. Assim, por exemplo, obtém-se o rendimento equivalente de uma família com dois adultos dividindo o total por 1,5 e o rendimento equivalente de uma família com dois adultos e duas crianças dividindo o total por 2,1.

<sup>1</sup> A taxa de risco de pobreza é a percentagem de pessoas que vive em famílias em que o rendimento equivalente disponível é inferior ao limiar de risco de pobreza. Este limiar corresponde a 60% do rendimento equivalente disponível mediano e, em 2019, era de 6480€/ano em Portugal.

**Tabela 1. Taxa de risco de pobreza e condição perante o trabalho**

	Taxa de risco de pobreza (%)
Empregado	9,8
Desempregado	40,7
Reformado	15,7
Outros inativos	28,9

Fonte: ICOR 2021

Nota: É considerado "Empregado" o indivíduo, com idade entre os 18 e os 65 anos, que trabalha a tempo inteiro (em média 40 horas) ou a tempo parcial (em média 20 horas), por conta própria ou por conta de outrem.

Interpretação: Em 2019, 9,8% das pessoas empregadas e 40,7% das pessoas desempregadas eram pobres.

Os dados provisórios do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR), disponibilizado pelo INE no final de 2021, sugerem que a pandemia aumentou a prevalência da pobreza entre os empregados. Em 2020, a percentagem de trabalhadores pobres aumentou 1,6 pontos percentuais face a 2019.

Este estudo tem como principal objetivo caracterizar estes 10% de trabalhadores que são pobres.

### Como se define a situação de pobreza?

Partindo do rendimento disponível do agregado familiar, isto é, proveniente de todas as fontes (trabalho, capital, transferências sociais), o rendimento disponível equivalente é obtido através de uma correção que reflete a dimensão e composição do agregado familiar (ver caixa na página anterior).

Esta correção traduz o facto de os recursos das famílias servirem para suprir as necessidades de todos os seus membros. Por exemplo, uma família com dois adultos e um rendimento disponível de 1 000 euros vive com melhores condições do que outra que, tendo o mesmo rendimento, tem uma criança no agregado. Esta família também vive melhor do que uma pessoa adulta sozinha com um rendimento disponível de 500 euros, já que a vida em conjunto permite a partilha de despesas comuns a todo o agregado familiar. A escala de equivalência corrige estas diferenças tornando o rendimento comparável entre famílias com diferentes composições.

Em 2019, em Portugal, este limiar era de 6 480€/ano (462,9/mês).

Deste modo, a **situação de pobreza é sempre definida ao nível do agregado**: todas as pessoas que vivem sob o mesmo teto, partilhando recursos, têm a mesma condição perante a pobreza.

## **Como se define um trabalhador?**

A definição do Eurostat de "trabalhador", adotada neste texto, abrange qualquer indivíduo, com idade entre os 18 e os 65 anos, que trabalha a tempo inteiro ou a tempo parcial, por conta própria ou por conta de outrem, num qualquer trabalho remunerado ou com fins lucrativos. Por "trabalho" entende-se qualquer trabalho remunerado cuja retribuição inclui pagamentos em dinheiro ou em espécie.

## **Que bases de dados estão disponíveis para analisar a pobreza no trabalho?**

Este relatório é feito usando o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) realizado em 2020, que reporta rendimentos e situações no mercado de trabalho de 2019. A vantagem desta base de dados é que permite conhecer a composição do agregado familiar, informação imprescindível para caracterizar a situação de pobreza. Sem ela, não é possível calcular o rendimento equivalente, e, portanto, não se sabe se a família vive em situação de pobreza. A desvantagem é que o rendimento de trabalho é declarado pelos indivíduos, pelo que pode ser medido com algum erro.

Isto contrasta com bases de dados especificamente dedicadas ao mercado do trabalho (por exemplo, os Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social), em que o salário e outras remunerações são reportadas com maior precisão pela entidade empregadora, mas que não tem qualquer informação acerca do agregado familiar.

## **Qual é a razão para esta nota analisar a pobreza no trabalho no ano de 2019?**

O Inquérito às Condições de Vida e do Rendimento mais recente que está disponível para fins de investigação contém informação sobre rendimentos de trabalho do ano de 2020. Tendo em conta a especificidade do mercado de trabalho durante o ano de 2020, devido à crise pandémica, optámos por não o utilizar nesta nota.

Embora as situações individuais se possam alterar de um ano para o outro, a estrutura de ganhos numa economia é mais estável.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Quando os dados de 2022 estiverem disponíveis, o que acontecerá na segunda metade de 2024, será possível analisar de que forma as alterações induzidas no mercado de trabalho pela crise pandémica (como o teletrabalho ou o chamado *quiet quitting*) se refletem no tipo de análise apresentada nesta nota.

## Que fatores determinam a situação de pobreza no trabalho?

As três principais razões que estão por detrás da situação de pobreza no trabalho são as remunerações dos indivíduos, a relação com o mercado de trabalho e a composição do agregado familiar. A relevância do agregado familiar decorre da definição de rendimento disponível equivalente: um agregado mais numeroso (sobretudo, os que têm mais menores dependentes, que não têm rendimentos) tem maior probabilidade de estar em situação de pobreza.

Por exemplo, uma mulher que viva com 6 500 € por ano não é pobre. Mas se tiver um filho, o seu rendimento equivalente (e do filho) obtém-se dividindo o total por 1,3. Neste caso o rendimento equivalente dos dois elementos passa a 5 000 euros; e, portanto, já estão ambos abaixo da linha de pobreza. Esta realidade estatística traduz a realidade económica de que o rendimento daquela mulher, suficiente para viver fora da pobreza, deixa de o ser quando tem mais uma pessoa a cargo.

## Como se define um baixo rendimento do trabalho?

Para além do limiar de risco de pobreza, outro conceito frequentemente utilizado nas análises de pobreza no trabalho, é o limiar de "baixas remunerações". Segundo a definição da Organização Internacional do Trabalho, um trabalhador tem "baixas remunerações" se trabalhar a tempo inteiro e ganhar menos do que dois terços da mediana do rendimento de trabalho bruto (portanto, antes de impostos e contribuições sociais). Em 2019, em Portugal, este limiar era de 8 850€/ano (632€/mês).

## 2. Quem são os trabalhadores pobres?

### Que vínculos laborais estão mais associados à pobreza no trabalho?

De acordo com o ICOR 2021, em Portugal, existiam 4,5 milhões de trabalhadores em 2019, com idades entre 18 e 65 anos. Destes, 89% trabalhavam por conta de outrem, 85,2% tinham um contrato de trabalho permanente (sem termo) e 95% trabalhavam a tempo inteiro.

A pobreza afeta quase 3 vezes mais aqueles que trabalham por conta própria face à média nacional (28,9% vs. 9,8%) e os que trabalham a tempo parcial (29,6% vs. 9,8%). Entre os trabalhadores por conta de outrem com contrato de trabalho, a prevalência da pobreza também é influenciada pelo tipo de contrato. A taxa de risco de pobreza é 1,2 vezes superior entre os que têm contratos temporários (Tabela 2).

**Tabela 2. Pobreza no trabalho por tipo de contrato e situação no mercado de trabalho**

	Taxa de risco de pobreza no trabalho (%)	Comparação com taxa de risco de pobreza no trabalho
<b>Taxa de risco de pobreza no trabalho</b>	9,8	1,0
<b>Situação atual no mercado de trabalho</b>		
Trabalhador conta própria	28,9	2,9
Trabalhador conta de outrem	7,7	0,8
<b>Tipo de contrato</b>		
Trabalha a tempo parcial	29,6	3,0
Trabalha a tempo inteiro	9,0	0,9
Contrato temporário	11,9	1,2
Contrato sem termo	6,4	0,6

Fonte: ICOR 2021

Nota: A análise é feita para todos os trabalhadores com idade entre os 18 e os 65 anos, excluindo "tipo de contrato" que se refere apenas aos trabalhadores com contrato que trabalham por conta de outrem.

Interpretação: Em 2019, 11,9% dos trabalhadores com contrato temporário eram pobres face a 6,4% dos trabalhadores com contrato sem termo. A taxa de risco de pobreza dos trabalhadores que têm contratos temporários era 1,2 vezes superior à taxa de risco de pobreza no trabalho.

### Que perfis demográficos estão mais associados à pobreza no trabalho?

A Tabela 3 mostra que os diferentes grupos sociodemográficos da população não são igualmente vulneráveis à pobreza no trabalho. Os homens, os mais velhos (55/64 anos) e as pessoas com menor nível de escolaridade têm maior taxa de risco de pobreza no trabalho. Os setores de atividade com maior taxa de risco de pobreza são a construção e a agricultura, com taxas de risco de pobreza duas vezes superiores à média nacional. O setor do alojamento e o do comércio têm também uma taxa de risco de pobreza superior à média nacional.

**Tabela 3. Pobreza no trabalho por característica sociodemográfica**

	Taxa de risco de pobreza no trabalho (%)	Comparação com taxa de risco de pobreza no trabalho
<b>Taxa de risco de pobreza no trabalho</b>	9,8	1,0
<b>Género</b>		
Feminino	8,6	0,9
Masculino	11,1	1,1
<b>Grupo etário</b>		
18/24	9,7	1,0
25/34	7,9	0,8
35/44	9,8	1,0
45/54	9,9	1,0
55/64	11,8	1,2
<b>Nível de escolaridade</b>		
Até ensino básico	15,9	1,6
Ensino secundário e pós-secundário	8,5	0,9
Ensino superior	3,7	0,4

Fonte: ICOR 2021

Interpretação: Em 2019, 11,1% dos homens e 8,6% das mulheres que trabalhavam eram pobres. A taxa de risco de pobreza dos trabalhadores homens é 1,2 vezes superior à taxa de risco de pobreza no trabalho.

### Qual a importância do trabalho insuficiente para a pobreza no trabalho?

As pessoas que trabalham a tempo parcial representam apenas 4% da força de trabalho em Portugal. No entanto, a taxa de risco de pobreza entre estes trabalhadores é três vezes maior do que para aqueles que trabalham a tempo inteiro (Tabela 4).

**Tabela 4. Situação no mercado de trabalho: Trabalhadores vs. Trabalhadores Pobres (%)**

	(a) Trabalhadores	(b) Trabalhadores pobres	Rácio (b)/(a)
A tempo parcial	4,3	12,5	2,9
A tempo inteiro	95,7	87,5	0,9

Fonte: ICOR 2021

Interpretação: Em 2019, 4,3% dos trabalhadores trabalhavam a tempo parcial. Entre os trabalhadores pobres, eram 12,5%. Há 2,9 vezes mais trabalhadores pobres que trabalham a tempo parcial do que a tempo inteiro.

A proporção de mulheres que trabalha menos de 30 horas por semana é quase o dobro da dos homens (63% vs. 37%), como mostra a Tabela 5. Esta proporção é tanto maior quanto menor o quartil de rendimento de trabalho, isto é, quanto menos rendimentos de trabalho a pessoa receber. Há 2,4 vezes mais mulheres do que homens com rendimentos de trabalho mais baixos (Q1 na Tabela 5) a trabalhar menos de 30 horas.

**Tabela 5. Proporção de mulheres e homens que trabalham menos de 30 horas semanais, por quartil de rendimento de trabalho**

	Mulheres	Homens	Proporção [M/H]
Q1	70,6%	29,4%	2,4
Q2	65,8%	34,2%	1,9
Q3	51,6%	48,4%	1,1
Q4	57,1%	42,9%	1,3
Total	63,4%	36,6%	1,7

Fonte: IE 2021

Interpretação: Em 2019, 70,6% dos trabalhadores do 1.º quartil de rendimento de trabalho que trabalhavam menos de 30 horas por semana eram mulheres.

Se nalguns casos trabalhar menos horas é uma decisão do trabalhador ou trabalhadora, nem sempre é assim. Cerca de 17% das mulheres e 8% dos homens que trabalhava menos de 30 horas não trabalhou a tempo inteiro porque não encontrou trabalho, como mostra a Tabela 6. Cuidar de crianças ou de adultos incapacitados foi uma razão 11 vezes mais apontada por mulheres do que por homens para não trabalhar a tempo inteiro.

**Tabela 6. Razões invocadas por quem trabalha menos de 30 horas por semana para não trabalhar a tempo inteiro**

	Mulheres	Homens	Proporção
Porque não encontrou trabalho a tempo inteiro	17,3%	8,4%	2,1
Está a estudar ou em formação	3,2%	3,4%	0,9
Porque tem necessidade de cuidar de crianças /pessoas incapacitadas/idosos	2,0%	0,2%	11,3
Por outras razões pessoais ou familiares	1,6%	0,4%	3,9

Fonte: IE 2021

Interpretação: Em 2019, 17,3% das mulheres que trabalhavam menos de 30 horas por semana não encontraram trabalho a tempo inteiro.

## Que tipos de famílias estão mais sujeitas à situação de pobreza no trabalho?

A Tabela 7 mostra as taxas de risco de pobreza dos vários tipos de agregado familiar. Os trabalhadores pobres pertencem maioritariamente a agregados com crianças, e, especialmente, a famílias monoparentais e numerosas. Isto deve-se à proporção superior de dependentes em relação ao número de adultos neste tipo de agregados. Para um valor de rendimento constante, uma família fica mais pobre com a presença de crianças, uma vez que os recursos são divididos por mais elementos. Este facto é particularmente relevante entre famílias monoparentais e numerosas.

As famílias numerosas, com 3 ou mais crianças, apesar de constituírem apenas 3,9% dos agregados em Portugal, representam 7,6% dos agregados de trabalhadores pobres. Têm ainda uma taxa de risco de pobreza no trabalho quase 3 vezes superior à média nacional (32,3% vs. 9,8%) e 4 vezes superior a uma família sem filhos (8,7%). O mesmo acontece com as famílias monoparentais, que representam apenas 4,5% dos agregados, mas 7,4% das famílias com trabalhadores pobres. As famílias monoparentais têm também uma taxa de risco de pobreza 2 vezes superior à média nacional (19,9% vs. 9,8%) e 2,3 vezes superior uma família sem filhos (19,9% vs. 8,7%).

As famílias com filhos dependentes têm uma taxa de risco de pobreza no trabalho superior à das famílias sem filhos dependentes (10,9% vs. 8,7%).

**Tabela 7. Pobreza no trabalho por tipo de agregado familiar**

	Taxa de risco de pobreza no trabalho (%)	Comparação com taxa de risco de pobreza no trabalho
<b>Taxa de risco de pobreza no trabalho</b>	9,8	1,0
<b>Tipo de agregado</b>		
Família sem filhos dependentes	8,7	0,9
Família com filhos dependentes	10,9	1,1
Dois adultos com uma criança	7,6	0,8
Dois adultos com duas crianças	10,4	1,1
Monoparentais	19,9	2,0
Numerosas (Dois adultos com três ou mais crianças)	32,3	3,3

Fonte: ICOR 2021

Nota: A análise é feita para todos os trabalhadores com idade entre os 18 e os 65 anos. Uma pessoa é considerada um "filho dependente" se for menor de 18 anos, ou se tiver entre 18-24 anos de idade, for economicamente inativo e viver com pelo menos um dos pais.

Interpretação: Em 2019, 8,7% dos indivíduos que viviam em famílias sem filhos dependentes eram pobres face a 10,9% dos indivíduos que viviam em agregados sem filhos dependentes. A taxa de risco de pobreza dos trabalhadores que vivem em famílias com filhos é 1,1 vezes superior à taxa de risco de pobreza no trabalho.

### Qual a importância do agregado familiar para a pobreza no trabalho?

Se cada trabalhador pobre vivesse sozinho, ou seja, num agregado familiar sem outros adultos ou dependentes, apenas com o seu rendimento de trabalho, podia ou não continuar a ser pobre. Isto depende (i) da importância das outras fontes de rendimento e (ii) da composição e dimensão do agregado familiar.

A Tabela 8 mostra a proporção de trabalhadores pobres que continuariam a ser pobres se vivessem sozinhos apenas com o seu rendimento de trabalho. Cerca de 48% das pessoas que trabalham e são pobres, continuariam em situação de pobreza. Ou seja, a composição do agregado familiar está associada a cerca de metade das situações de pobreza no trabalho em Portugal.<sup>3</sup>

**Tabela 8. Trabalhadores pobres caso vivessem sozinhos apenas com o seu rendimento do trabalho, por género (%)**

	Proporção de trabalhadores pobres (%)
Total	47,5
Mulheres	50,6
Homens	45,1

Fonte: ICOR 2021

Interpretação: Em 2019, 47,5% dos indivíduos que são trabalhadores pobres com base no seu rendimento disponível por adulto equivalente total também seriam pobres se considerássemos que vivem sozinhos e apenas dos seus rendimentos de trabalho.

### O agregado familiar é mais determinante para a pobreza no trabalho dos homens ou das mulheres?

A Tabela 8 também mostra que o risco de pobreza nos homens está mais frequentemente associado às características do agregado familiar. Mais de 50% mulheres seriam pobres se vivessem apenas com os seus rendimentos de trabalho, mesmo não tendo filhos a cargo, o que contrasta com cerca de 45% dos homens. Esta assimetria de género está associada a salários em média mais baixos para as mulheres, mas também ao facto de os filhos terem maior impacto na participação no mercado de trabalho para as mulheres do que para os homens.

<sup>3</sup> Esta análise não reflete possíveis efeitos comportamentais dos adultos, que, na ausência de crianças, poderiam ter relações laborais com diferentes condições, por exemplo, com maior quantidade de horas trabalhadas.

Dados do Inquérito ao Emprego revelam que, entre os que não trabalham a tempo inteiro, há mais 47% mulheres do que homens que gostariam de trabalhar mais horas. O motivo que justifica não trabalharem mais horas é o cuidado de crianças, idosos ou outros dependentes, que é invocado 11 vezes mais por mulheres do que por homens (como discutimos ao analisar a Tabela 6).

A Tabela 9 mostra também que as mulheres em agregados com dois adultos são as que mais frequentemente ficam em casa como “Domésticas” (6,6% em agregados com filhos e 4,6% sem filhos).

**Tabela 9. Percentagem de “Domésticos(as)” por tipo de agregado e por género (%)**

	Agregado de 2 adultos	
	sem filhos dependentes	com filhos dependentes
Mulheres	6,6	4,6
Homens	0,1	0,3

Fonte: ICOR 2021

Nota: Uma pessoa é considerada um “filho dependente” se for menor de 18 anos, ou se tiver entre 18-24 anos de idade, for economicamente inativo e viver com pelo menos um dos pais.

Interpretação: Em 2019, 4,6% das mulheres em agregados com filhos eram domésticas.

Quando comparamos os rendimentos de trabalho (Tabela 10), as mulheres têm, em média, rendimentos inferiores ao dos homens, quer vivam em agregados sem crianças (-186,7€) ou com crianças (-364,8€). Apesar de os rendimentos de trabalho dos indivíduos em famílias com filhos ser superior, importa recordar que este rendimento financia mais elementos nestas famílias.

Ou seja: as mulheres que trabalham e não têm filhos ganham em média menos 15% do que os homens nas mesmas circunstâncias, e menos 24% quando têm filhos. Para os trabalhadores pobres a variação é no mesmo sentido. As mulheres têm rendimentos de trabalho inferiores aos homens. Em agregados sem crianças as mulheres ganham menos 81,6€ (menos 15%), enquanto em agregados com filhos a diferença é de 65,6€ (menos 10%).

Estes números reforçam que a pobreza no trabalho entre as mulheres é mais frequentemente uma questão de baixos rendimentos de trabalho do que uma questão de número de dependentes. O número de dependentes apenas agrava a situação.

**Tabela 10. Rendimento de trabalho bruto mensal, por género e composição do agregado familiar (€)**

	1. Trabalhadores			2. Trabalhadores Pobres			
	Sem filhos	Com filhos	Variação	Sem filhos	Com filhos	Variação	
Homens	1 252,1	1 546,3	+294,1	Homens	558,4	633,9	+75,5
Mulheres	1 065,4	1 181,4	+116,0	Mulheres	476,8	568,3	+91,5
Variação	-186,7	-364,8		Variação	-81,6	-65,6	

Fonte: ICOR 2021

Nota: Uma pessoa é considerada um "filho dependente" se for menor de 18 anos, ou se tiver entre 18-24 anos de idade, for economicamente inativo e viver com pelo menos um dos pais.

Interpretação: Em 2019, uma mulher que trabalha e vive num agregado sem crianças ganhava, em média, menos 186,7 euros por mês do que um homem. Se vivesse num agregado com pelo menos uma criança ganhava, em média, menos 364,8 por mês do que um homem.

### 3. Rendimentos dos trabalhadores

#### Qual é a composição dos rendimentos dos trabalhadores?

Para construir a Tabela 11 (Painel A) ordenamos os indivíduos que trabalham de acordo com os seus rendimentos brutos de trabalho, e dividimos estes indivíduos em quatro grupos de igual dimensão (Q1, Q2, Q3 e Q4). Depois, para cada grupo, calculamos a média do rendimento bruto (antes de impostos e contribuições sociais) individual de trabalho, de capital e provenientes de transferências do estado. O Painel B é construído da mesma forma, mas centra-se no subgrupo de trabalhadores pobres (q1, q2, q3 e q4). Os limiares que separam estes grupos são apresentados na Tabela A1 no Anexo.

Quanto aos rendimentos de trabalho, os 25% de trabalhadores que recebiam menos (Q1) ganharam, em média, 6 434,6€/ano (459,6€/mês) e os 25% que recebiam mais ganhavam 35 543,9€/ano (2 538,9€/mês).<sup>4</sup> A distribuição dos rendimentos de trabalho é enviesada, uma vez que a mediana dos rendimentos de trabalho (12 484,1€/ano) é inferior à média (17 753,7€/ano).

#### Como interpretar Q1 e Q4

Os **trabalhadores mais pobres** são os que pertencem ao primeiro quartil (Q1), isto é, aqueles que estão entre os 25% mais pobres de Portugal, de acordo com o rendimento bruto de trabalho. Os **trabalhadores mais ricos** são os do quarto e último quartil (Q4), isto é, aqueles que estão entre os 25% mais ricos de Portugal, de acordo com a mesma medida de rendimento.

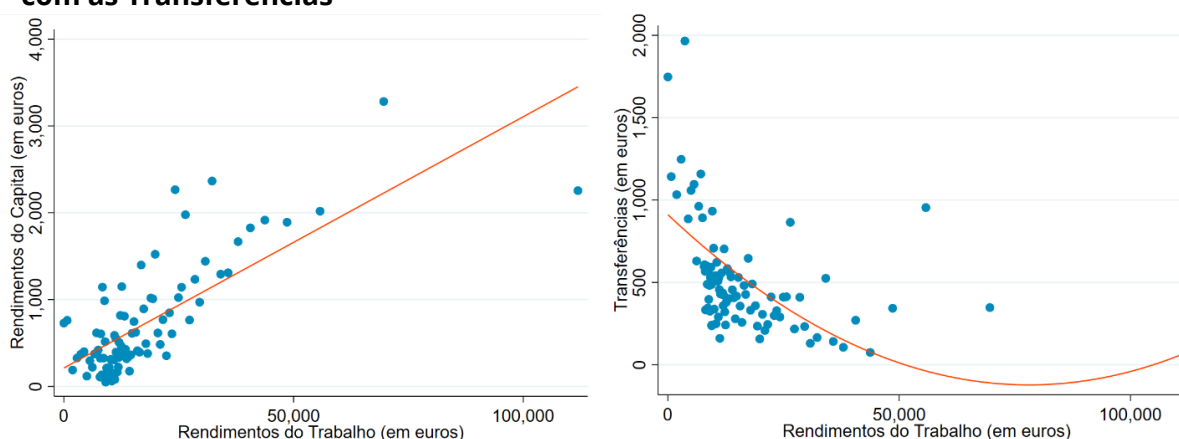
<sup>4</sup> Os 25% de trabalhadores que recebiam menos e os 25% que recebiam mais correspondem ao 1.º quartil e 4.º quartil de rendimentos de trabalho brutos, respetivamente.

Cerca de 21% dos trabalhadores têm rendimentos de capital (juros, dividendos, lucros ou rendas), com um valor médio de 702€/ano. Em regra, os trabalhadores com maiores rendimentos de trabalho são também os que têm maiores rendimentos de capital. Os 25% mais ricos recebem, em média 1 450€/ano de rendimentos de capital. Importa salientar, no entanto, que o Q1 tem um valor superior de rendimentos de capital face aos Q2 e Q3. Este facto pode ser explicado pelo facto de algumas pessoas optarem por trabalhar menos precisamente por terem rendimentos de capital mais elevados.

Salientamos que os rendimentos de capital, na base de dados ICOR, são sub-reportados. O total de rendimentos de capital das famílias nesta base de dados é de 6,6 mil milhões de euros, ao passo que, nas contas nacionais, o excedente bruto de exploração das famílias é de 34 mil milhões de euros, e os rendimentos de propriedade totalizam 8,7 mil milhões de euros. Uma análise cuidada do reporte de rendimentos de capital no ICOR, realizada por Carranza, Morgan e Nolan, do World Inequality Lab, aponta para a dificuldade de medir os rendimentos de capital dos mais ricos.<sup>5</sup> Ou seja: é muito provável que os rendimentos de capital considerados nesta nota para os trabalhadores mais ricos sejam uma pequena parte do que estes efetivamente auferem. Este facto deverá ter especial impacto nos 1% mais ricos (não deverá afetar o Q4 de forma genérica).

Entre os trabalhadores, 34% recebe transferências sociais de 460€/ano, em média. O valor médio das transferências diminui à medida que os rendimentos de trabalho aumentam como é ilustrado na Figura 1.

**Figura 1. Relação dos Rendimentos de Trabalho com os Rendimentos de Capital e com as Transferências**



Fonte: ICOR 2021

Nota: No primeiro gráfico está representada a relação dos rendimentos de trabalho com os rendimentos de capital. No segundo gráfico está representada a relação dos rendimentos de trabalho com as transferências.

Interpretação: Conforme os rendimentos do trabalho aumentam, os rendimentos de capital tendem a aumentar também. O contrário acontece entre os rendimentos de trabalho e as transferências.

<sup>5</sup> Carranza, R., Morgan, M., & Nolan, B. (2021). Top income adjustments and inequality: an investigation of the EU-SILC.

**Tabela 11. Rendimentos brutos anuais por quartil de rendimento de trabalho e por tipo de rendimento**

Quartis de rendimento de trabalho	Rendimento trabalho		Rendimento capital		Transferências	
	€	%	€	%	€	%
<b>Painel A: Trabalhadores</b>						
Q1	6 434,6	83,9	475,7	6,2	757,1	9,9
Q2	10 035,7	93,1	286,4	2,7	453,1	4,2
Q3	14 669,2	94,2	469,6	3,0	434,8	2,8
Q4	35 543,9	95,4	1 450,1	3,9	277,6	0,7
Mediana	12 484,1	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Média	17 753,7	93,9	702,1	3,7	460,4	2,4
<b>Painel B: Trabalhadores pobres</b>						
q1	2 685,0	68,8	52,5	1,3	1 165,4	29,9
q2	7 049,1	90,2	93,7	1,2	668,7	8,6
q3	9 199,6	94,5	23,6	0,2	515,5	5,3
q4	12 456,6	96,1	38,3	0,3	464,0	3,6
Mediana	8 539,3	97,3	0,0	0,0	233,5	2,7
Média	8 031,7	91,5	51,7	0,6	692,0	7,9

Fonte: ICOR 2021

Interpretação: Em 2019, o rendimento de trabalho de um trabalhador do 1.º quartil de rendimento de trabalho (Q1) era 6 434,6€/ano. Ao mesmo tempo, o rendimento de trabalho de um trabalhador pobre do 1.º quartil de rendimento de trabalho (q1) era apenas 2 685,0€/ano. Em média os trabalhadores do quartil Q1 tinham 475,7€/ano de rendimentos de capital e recebiam 757,1€/ano de transferências sociais. Enquanto em média, os rendimentos de capital e as transferências sociais dos trabalhadores pobres do quartil q1 eram 51,7€/ano e 692,0€/ano.

### Como interpretar Q1 vs q1

Quando falamos de **Q1** referimo-nos aos trabalhadores com menores rendimentos de trabalho.

Quando falamos em **q1** estamos a falar dos trabalhadores que, sendo pobres de acordo com o critério de rendimento equivalente da família, têm menores rendimentos de trabalho.

Os trabalhadores com menores rendimentos de trabalho são os que pertencem primeiro quartil (Q1), isto é, aqueles que estão entre os 25% mais pobres de Portugal, de acordo com o rendimento bruto de trabalho.

Os trabalhadores pobres com menores rendimentos de trabalho são os do primeiro quartil dos trabalhadores pobres (q1), isto é, aqueles que estão entre os 25% mais pobres dos trabalhadores pobres em Portugal, de acordo com aquela medida de rendimento.

### **Qual é a composição dos rendimentos dos trabalhadores pobres?**

De acordo com a Tabela 11 (Painel B), os trabalhadores pobres ganham, em média, 8 032€ de rendimentos de trabalho, 52€ de capital e 692€ de transferências sociais.

Os quartis de rendimento destes trabalhadores, apresentados com letra minúscula na Tabela 11 (Painel B), mostram que os trabalhadores pobres com menores rendimentos de trabalho recebiam em média 2 685€ de rendimentos de trabalho, 53€ de capital e 1 165€ de transferências sociais, por ano.

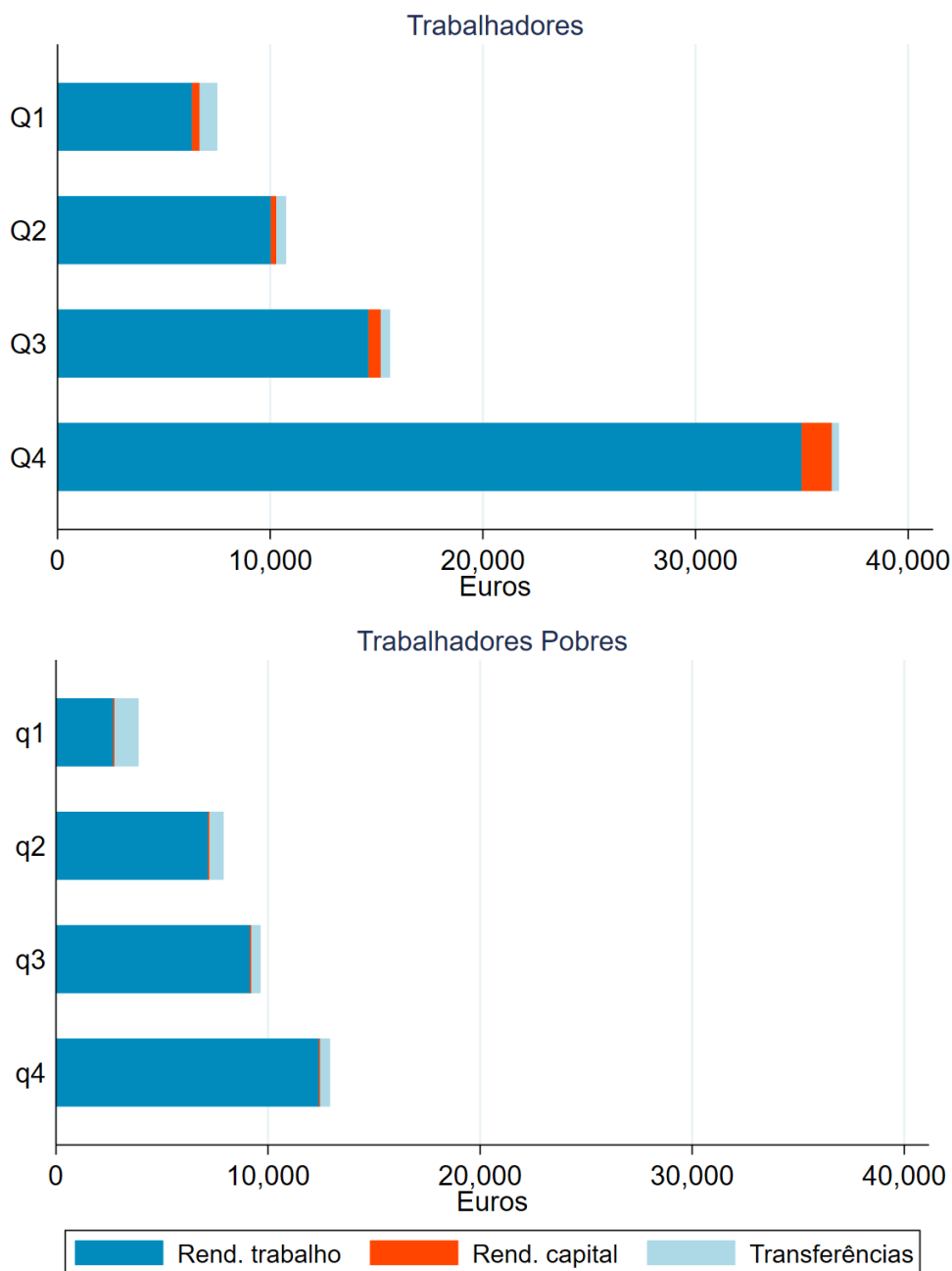
### **A composição dos rendimentos dos trabalhadores pobres é diferente da dos restantes?**

A Tabela 11 apresenta a composição do rendimento em valores absolutos e percentuais, para trabalhadores (Painel A) e trabalhadores pobres (Painel B), por quartis de rendimentos de trabalho. A Figura 2 ilustra a disparidade da escala dos rendimentos entre estes dois grupos.

Em 2019, a composição do rendimento dos trabalhadores com menos rendimentos de trabalho (Q1) era a seguinte: 84% provinha de rendimentos do trabalho, 5% de capital e 11% de transferências sociais. Os rendimentos dos trabalhadores pobres com menos rendimentos de trabalho (q1) eram compostos por 68,8% de rendimentos de trabalho, 1,3% rendimentos de capital e 29,9% transferências sociais.

Em 2019, os trabalhadores pobres receberam cerca de 2 vezes menos rendimento bruto de trabalho do que a média dos trabalhadores (9,6 mil vs. 18,4 mil €, respetivamente). É nos rendimentos de capital que a diferença é maior. Cerca de 21% dos trabalhadores e 8% dos trabalhadores pobres têm rendimentos de capital, em média de 702€ e 52€, respetivamente. Assim, o total dos trabalhadores tem, em média, 14 vezes mais rendimentos provenientes de juros, dividendos, lucros ou rendas do que os trabalhadores pobres. A importância das transferências no rendimento total dos trabalhadores pobres (cerca de 30%) sublinha o papel das políticas de redistribuição de rendimentos na redução da pobreza, como discutimos em mais detalhe abaixo.

**Figura 2. Tipo de Rendimentos anuais brutos, por grupo da população**



Fonte: ICOR 2021

Nota: Rendimentos de trabalho, de capital e transferências sociais ano de 2019, por grupo da população com idades entre os 18 e os 65 anos.

Interpretação: Enquanto um trabalhador do quartil Q1 ganha 7667€/ano, um trabalhador pobre do quartil q1 recebe apenas 3903€/ano.

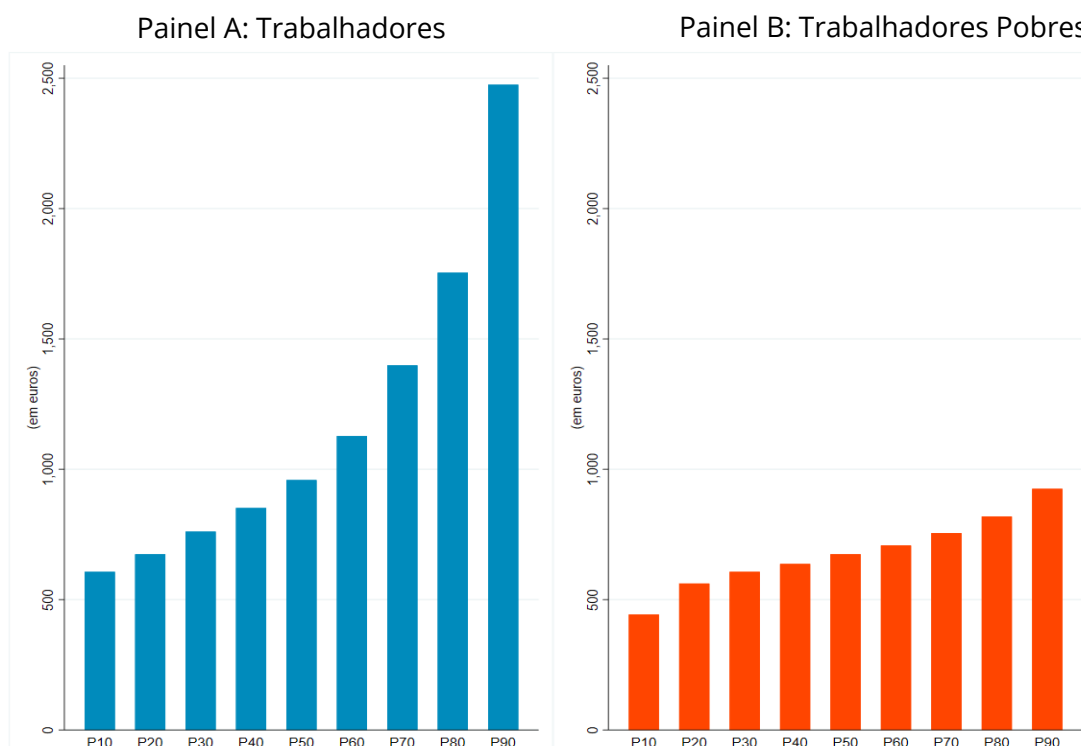
### Como se compara a distribuição de rendimentos do trabalho entre trabalhadores pobres e restantes?

Em 2019, o rendimento de trabalho médio bruto de um trabalhador por conta de outrem, que trabalhou durante todo o ano de 2019, foi de 1 179€ (879€ depois de impostos e contribuições sociais), considerando todas as pessoas que trabalham. Para os trabalhadores pobres, este valor reduz-se para 681€ (589€).

Na Figura 3 cada painel mostra o limiar do rendimento (de trabalho) mensal bruto dos trabalhadores (Painel A) e dos trabalhadores pobres (Painel B) por decil da distribuição do rendimento (de trabalho) mensal bruto.

Por definição, as barras referentes aos trabalhadores pobres são mais baixas do que as restantes. Por exemplo, 20% dos trabalhadores (P20) ganhavam até 674€/mês de remuneração bruta, enquanto 20% dos trabalhadores pobres (P20) ganhavam até 562€. Da mesma forma, 80% dos trabalhadores que ganhavam até 1 754€, enquanto 80% dos trabalhadores pobres ganhavam até 819€.

**Figura 3. Distribuição de rendimentos de trabalho brutos mensais, por tipo de trabalhador**



Fonte: ICOR 2021

Nota: Rendimentos de trabalho dos trabalhadores por conta de outrem, que trabalharam a tempo inteiro durante os 12 meses do ano de 2019, com idades entre os 18 e os 65 anos.

Interpretação: Em 2019, 20% dos trabalhadores ganhavam 526€ por mês de remuneração líquida.

### Construção da Figura 3

Para obter cada painel ordenamos os trabalhadores de acordo com o seu **rendimento mensal bruto**, dividimos os trabalhadores em **10 grupos de igual dimensão**, e determinamos o rendimento mensal bruto do último trabalhador de cada grupo.

Assim, **a barra P10 agrega os 10% de trabalhadores que ganham menos**, e altura da barra corresponde ao rendimento do trabalhador que se encontra na última posição desse grupo (percentil 10 da distribuição).

A barra seguinte (P20) representa o rendimento tal que 20% dos trabalhadores ganham até esse montante, e assim sucessivamente.

**O percentil 90, P90, corresponde ao montante que separa os 10% dos trabalhadores que ganham mais dos 90% dos trabalhadores ganham até esse valor.**

### Que percentagem de trabalhadores e de trabalhadores pobres recebem transferências?

As transferências sociais são um importante instrumento de redistribuição de rendimento e redução da pobreza. Assim, os subsídios de apoio à família, o subsídio de desemprego, as pensões de velhice ou de sobrevivência permitem apoiar segmentos mais vulneráveis da população ou momentos de maior fragilidade económica das famílias, como desemprego ou doença

Cerca de 34% dos trabalhadores e 54% dos trabalhadores pobres recebem transferências sociais, de 460€ e 692€ anuais em média, respetivamente. Como mostra a Tabela 12, mesmo entre os trabalhadores, na ausência de transferências sociais a taxa de risco de pobreza em 2019 quase duplicaria (19,3% em vez de 9,8%).

**Tabela 12. Taxa de risco de pobreza e transferências sociais**

	Taxa de risco de pobreza	
	antes de transferências sociais	depois de transferências sociais
População total	42,3%	16,2%
Trabalhadores	19,3%	9,8%

Fonte: ICOR 2021

Interpretação: Em 2019, se não existissem transferências sociais, 19,3% dos trabalhadores seria pobre. As transferências sociais diminuem a taxa de risco de pobreza no trabalho para 9,8%.

## Quais são as transferências sociais mais importantes?

As prestações sociais mais frequentes são as que têm condição de recurso, isto é, aquelas cuja atribuição resulta do cumprimento de requisitos relacionados com os rendimentos da pessoa que pede a prestação e/ou dos elementos do seu agregado familiar. Os exemplos mais comuns são o rendimento social de inserção, o abono de família para crianças e jovens, ou a prestação Social para a Inclusão. Entre os trabalhadores, cerca de 30% receberam transferências deste tipo, face a 9% de trabalhadores que receberam transferências sem condição de recursos. (Subsídios de parentalidade, subsídio de desemprego, subsídio de doença).

### Exemplos de Transferências Sociais

A **condição de recursos** é o conjunto de condições que o agregado familiar deve reunir para poder ter acesso a certas prestações sociais.

#### • Com Condição de Recurso:

- Rendimento Social de Inserção
- Abono de Família
- Prestação Social para a Inclusão

#### • Sem Condição de Recurso:

- Subsídio de Parentalidade
- Subsídio de Desemprego
- Subsídio de Doença

A Tabela 13 mostra a proporção de pessoas que recebe transferências sociais com e sem condição de recursos, bem como o valor médio anual dessas transferências, para os trabalhadores, os trabalhadores pobres e a população total. Os trabalhadores receberam em média 213€/ano de transferências sociais com condição de recurso. Mais de metade dos trabalhadores pobres recebem este tipo de transferências, em média no valor de 570€/ano.

O valor médio das transferências para a população total é superior à dos trabalhadores, principalmente porque as anteriores incluem, por exemplo, pensões de reforma, pensões de invalidez e subsídio de desemprego, que os trabalhadores, por regra, não recebem.

**Tabela 13. Percentagem de indivíduos a receber e valores médios das prestações sociais**

	Trabalhadores		Trabalhadores pobres		População total	
	%	€	%	€	%	€
Transferências com condição de recursos	29,5	212,9	30,2	3 045,0	50,6	569,9
Transferências sem condição de recursos	9,1	292,7	18,1	1 081,8	9,0	237,5

Fonte: ICOR 2021

Nota: Transferências com condição de recursos são prestações atribuídas com base nos rendimentos da pessoa e do seu agregado. Transferências sem condição de recursos são prestações atribuídas independentemente do rendimento da pessoa/agregado que solicita a prestação.

Interpretação: Em 2019, 50,6% dos trabalhadores pobres recebiam alguma transferência com condição de recurso, em média no valor de 569,9€/ano.

## 4. A importância das baixas remunerações e do salário mínimo para a pobreza no trabalho

### Quantos trabalhadores pobres auferem baixas remunerações?

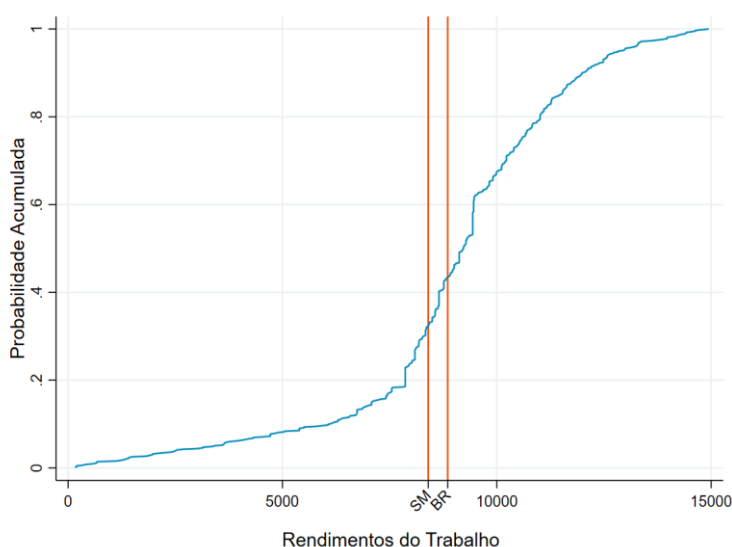
Várias organizações e instituições internacionais, como a OCDE, a União Europeia (UE) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), usam uma medida de “baixas remunerações” para analisar a relação entre os rendimentos de trabalho e a pobreza. Em 2019, em Portugal, de acordo com o Inquérito às Condições de Vida e do Rendimento, este limiar era de 8 850€/ano (632€/mês), ou seja, acima do salário mínimo nacional.

#### Baixas Remunerações

Um trabalhador tem “**baixas remunerações**” se trabalhar a tempo inteiro e ganhar menos do que **dois terços da mediana do rendimento de trabalho bruto**.

Dos 226 mil trabalhadores que eram considerados pobres, apesar de terem trabalhado a tempo inteiro durante o ano de 2019, cerca de 45,6% tinham “baixas remunerações” (Figura 4). Logo, há mais de metade dos trabalhadores pobres que não têm “baixas remunerações”, o que significa que a mitigação da pobreza no trabalho não passa apenas pelo aumento dos rendimentos do trabalho.

**Figura 4. Frequência acumulada dos rendimentos de trabalho brutos dos trabalhadores pobres**



Fonte: ICOR 2021

Nota: Frequência acumulada dos rendimentos de trabalho dos indivíduos pobres que trabalharam a tempo inteiro durante os 12 meses do ano de 2019, com idades entre os 18 e os 65 anos. SM= salário mínimo (8400€/ano); BR= baixa remuneração (8850€/ano). Interpretação: Em 2019, 35,1% dos trabalhadores pobres que trabalhavam a tempo inteiro ganhavam menos do que o salário mínimo e 45,6% “baixas remunerações”.

## Que tipo de agregados familiares têm mais trabalhadores com baixas remunerações?

A Tabela 14 mostra os trabalhadores com baixas remunerações por características sociodemográficas. As mulheres são mais afetadas que os homens, tendo uma taxa de baixas remunerações de 13,0% (vs. 10,4%). Em termos de grupos etários, 36,1% dos jovens trabalhadores (18/24 anos) têm baixas remunerações, tendo, por muito, a maior taxa de todos os grupos etários. Os trabalhadores com a escolaridade até ao ensino básico são mais atingidos pelas baixas remunerações. As famílias numerosas apresentam maior prevalência de baixas remunerações de todos os tipos de agregados, tendo uma taxa 1,5 vezes superior à taxa equivalente para todos os trabalhadores (17,1% vs. 11,7%).

**Tabela 14. Baixas remunerações (<8 850€/ano) por característica sociodemográfica**

	Trabalhadores com baixas remunerações (%)	Comparação todos os trabalhadores vs. trabalhadores com baixas remunerações
<b>Trabalhadores com baixas remunerações</b>	11,7	1,0
<b>Género</b>		
Feminino	13,0	1,1
Masculino	10,4	0,9
<b>Grupo etário</b>		
18/24	36,1	3,1
25/34	11,9	1,0
35/44	9,3	0,8
45/54	8,1	0,7
55/64	12,5	1,1
<b>Nível de escolaridade</b>		
Até ensino básico	15,3	1,3
Ensino secundário e pós-secundário	11,1	0,9
Ensino superior	7,9	0,7
<b>Tipo de agregado</b>		
Família sem filhos dependentes	14,0	1,2
Família com filhos dependentes	9,6	0,8
Dois adultos com uma criança	7,2	0,6
Dois adultos com duas crianças	8,3	0,7
Monoparentais	6,4	0,5
Numerosas (Dois adultos com três ou mais crianças)	17,1	1,5

Fonte: ICOR 2021

Nota: A análise é feita para todos os trabalhadores com idade entre os 18 e os 65 anos. Uma pessoa é considerada um "filho dependente" se for menor de 18 anos, ou se tiver entre 18-24 anos, for economicamente inativo e viver com pelo menos um dos pais. Interpretação: Em 2019, 14% dos indivíduos que viviam em famílias sem filhos dependentes recebiam "baixas remunerações" face a 9,6% dos indivíduos que viviam em agregados com filhos dependentes.

## Que tipos de contrato estão mais associados às baixas remunerações?

A Tabela 15 mostra também as percentagens de trabalhadores com baixas remunerações consoante os tipos de contrato laboral. A prevalência de baixas remunerações nos trabalhadores com contrato a termo é 5,2 vezes superior à dos trabalhadores com contrato sem termo (23,0% vs. 4,4%). Da mesma maneira, a percentagem de baixas remunerações em trabalhadores com contratos temporários é 2 vezes superior à percentagem de trabalhadores com baixas remunerações em geral (11,7%).

**Tabela 15. Baixas Remuneração por tipo de Contrato**

	Trabalhadores com baixas remunerações (%)	Comparação com trabalhadores com baixas remunerações
<b>Trabalhadores com baixas remunerações</b>	11,7	1,0
<b>Tipo de Contrato</b>		
Contrato sem termo	4,4	0,4
Contrato temporário	23,0	2,0

Fonte: ICOR 2021

Nota: A análise é feita para todos os trabalhadores dos 18 aos 65 anos de idade com contrato que trabalham por conta de outrem a tempo inteiro.

Interpretação: Em 2019, 23% dos trabalhadores com contrato temporário recebiam baixas remunerações face a 4,4% dos trabalhadores com contrato sem termo. A percentagem dos trabalhadores com baixas remunerações que têm contratos temporários era o dobro da percentagem dos trabalhadores com baixas remunerações.

## Qual é a relação entre o salário mínimo e a linha de pobreza?

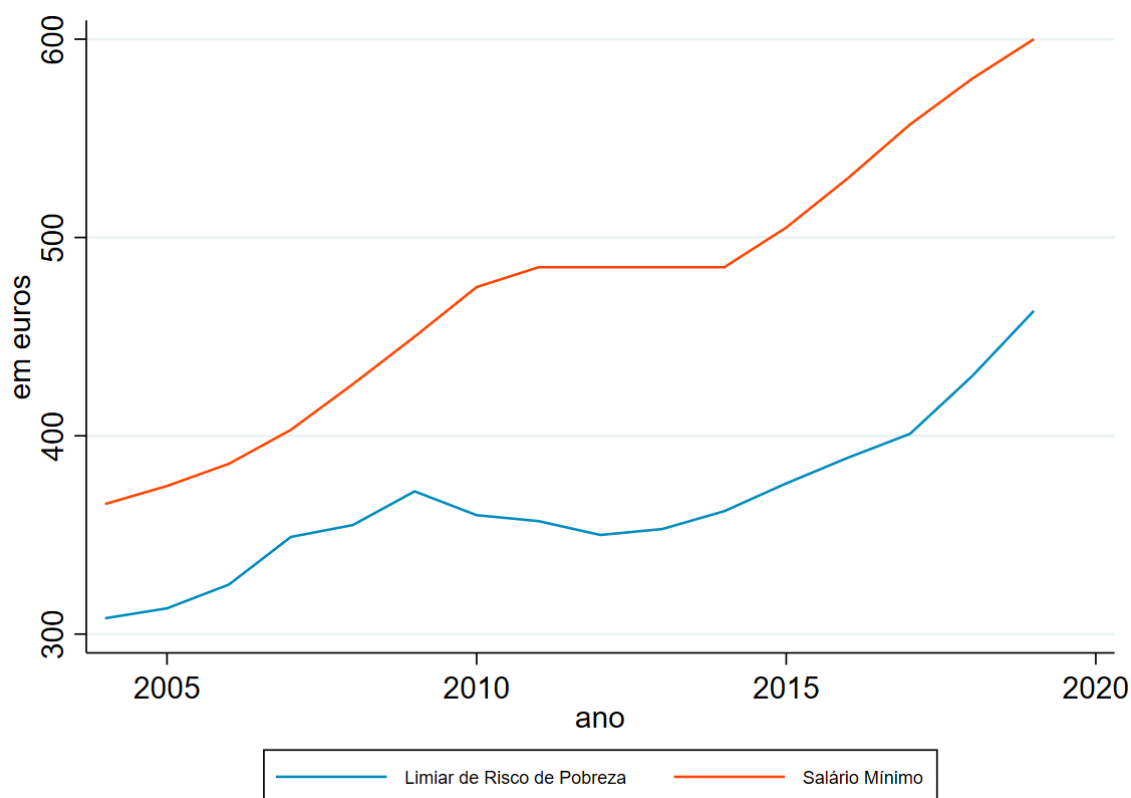
Em 2019, o salário mínimo anual bruto correspondia a 8 400€. Este valor está acima da linha de pobreza (6 480€). Logo, um indivíduo que receba o salário mínimo e viva sozinho não é pobre.

Depois de estar congelado durante quatro anos, entre 2011 e 2014, o salário mínimo aumentou, em termos nominais, 115€ até 2019, quando atingiu os 600€. A Figura 5 mostra a evolução do salário mínimo e do limiar de risco de pobreza ao longo das últimas décadas.<sup>6</sup> É clara a correlação positiva entre ambas as variáveis. No entanto importa salientar que esta relação é sobretudo mecânica (isto é, automática), uma vez que por definição um aumento generalizado dos salários de uma parte significativa da população afeta o rendimento mediano e, portanto, a linha de pobreza.

<sup>6</sup> A nossa análise termina 2019, já que os últimos os dados do ICOR 2021 apenas nos dão informação sobre os rendimentos de 2019. Em 2022, o salário mínimo nacional em vigor é 705€ brutos mensais.

A Figura 6 apresenta a evolução conjunta da taxa de risco de pobreza, da taxa de risco de pobreza no trabalho e do salário mínimo. De uma forma geral, até 2014, a correlação entre o salário mínimo e a taxa de risco de pobreza é baixa, o que sugere que a alteração do salário mínimo não implica uma redução da taxa de risco de pobreza. A Figura 6 mostra também que existe uma relação fraca entre o aumento do salário mínimo e a diminuição da percentagem de trabalhadores pobres, sublinhando que há trabalhadores que não são abrangidos pelo salário mínimo. É interessante notar o aumento da pobreza no trabalho entre 2018 e 2019, coincidente com um aumento do salário mínimo. Parte deste aumento poderá dever-se à evolução positiva da linha de pobreza, representada na Figura 5.

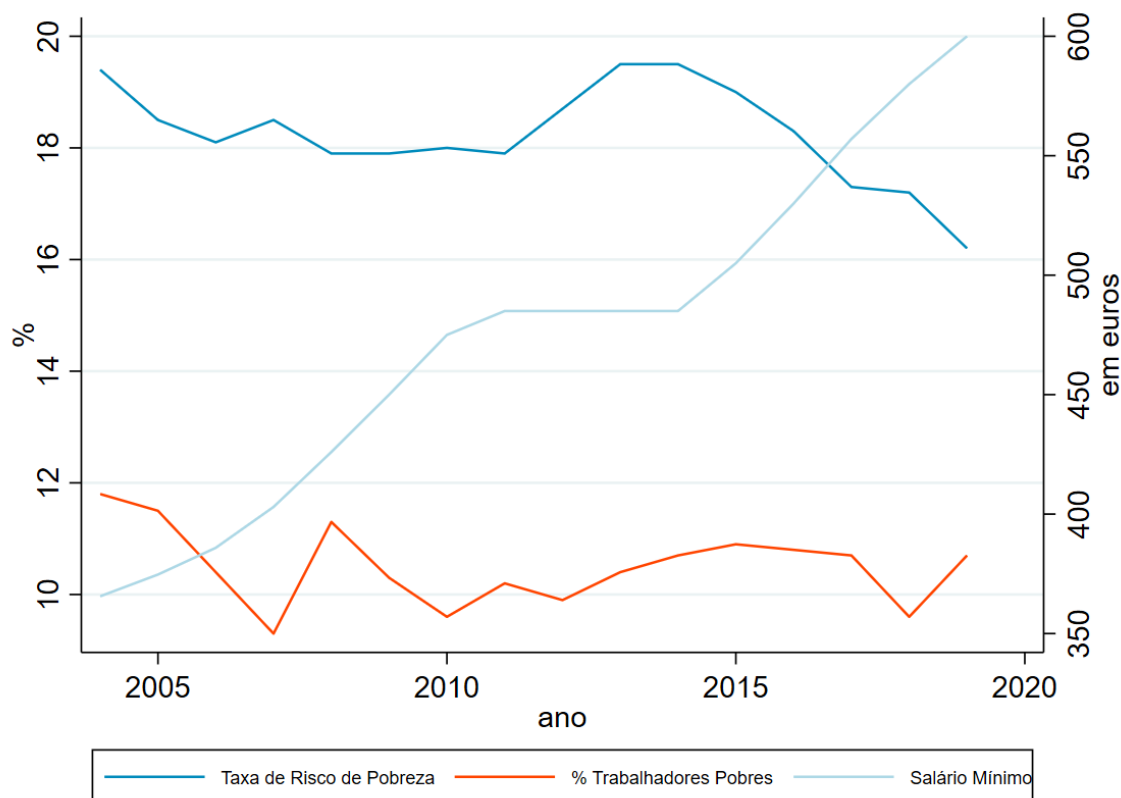
**Figura 5. Limiar de risco de pobreza e salário mínimo nacional, 2004 a 2019 (€)**



Fonte: ICOR e INE (2021)

Interpretação: Em 2019, o salário mínimo nacional era de 600€ e o limiar de risco de pobreza era de 463€/mês.

**Figura 6. Taxa de risco de pobreza e salário mínimo nacional, 2004 a 2019 (€)**



Fonte: ICOR e INE (2021)

Interpretação: Em 2019, o salário mínimo nacional era de 600€ e a taxa de risco de pobreza era 16,2%

### Como identificamos na base de dados ICOR os trabalhadores que ganham o salário mínimo?

Como explicamos na Introdução, nenhuma base de dados permite, simultaneamente, identificar os trabalhadores pobres e medir com exatidão o salário que estes recebem. Assim, optamos por identificar dois cenários de intervalos de rendimento do trabalho (na base de dados ICOR) que, com um grau de certeza razoável, inclui os trabalhadores que ganham o salário mínimo que em 2019 era de 8400€/ano:

1. O **cenário 1** considera os trabalhadores com rendimentos de trabalho brutos entre 7 500€ e 9 500€ anuais;
2. O **cenário 2** considera os trabalhadores com rendimentos de trabalho brutos entre 8 000€ e 10 000€ anuais.

A Tabela 16 mostra a percentagem de trabalhadores pobres e de trabalhadores no intervalo de rendimentos considerado em cada cenário. Cerca de 22% da população entre os 18 e os 65 anos, que trabalhou durante 12 meses por conta de outrem a tempo inteiro no ano de 2019 tinha rendimentos de trabalho entre 7 500 e 9 500€.

**Tabela 16. Percentagem de trabalhadores por intervalo de rendimentos monetários do trabalho por conta de outrem (bruto) (%)**

	Rendimentos monetários do trabalho por conta de outrem (bruto)		Trabalhadores (%)	Trabalhadores pobres (%)
<b>Cenário 1</b>	<b>SMN</b>	]7 500 – 9 500[	21,9	38,0
	<b>&lt;SMN</b>	<7 500	4,7	24,7
<b>Cenário 2</b>	<b>SMN</b>	]8 000 – 10 000[	21,1	37,6
	<b>&lt;SMN</b>	<8 000	7,4	29,0

Fonte: ICOR 2021

Interpretação: Em 2019, 38% dos trabalhadores pobres que trabalharam por conta de outrem, a tempo inteiro, durante 12 meses, tinham rendimentos monetários do trabalho entre 7 500€ e 9 500€.

Para referência, o Inquérito aos Ganhos e Duração do Trabalho mostra que 22% dos trabalhadores por conta de outrem que trabalham a tempo completo em Portugal continental ganhavam o salário mínimo em 2018. Por esta razão, vamos chamar ao cenário 1 “rendimentos de trabalho compatíveis com o salário mínimo” no resto desta nota.

### **Todos os trabalhadores pobres ganham o salário mínimo?**

Não. O salário mínimo não abrange todos os trabalhadores. Por exemplo, deixa de fora os trabalhadores por conta-própria, que representam cerca de 10% da população empregada e 29,4% dos trabalhadores pobres.

Na verdade, o valor do salário mínimo anual bruto (8 400€) está acima da média dos rendimentos de trabalho brutos dos trabalhadores pobres (8 032€), o que confirma que muitos trabalhadores pobres recebem menos do que o salário mínimo.

De acordo com a Tabela 16, apenas 38% dos trabalhadores pobres recebem “rendimentos de trabalho compatíveis com o salário mínimo”. Ou seja: o salário mínimo está associado a menos de metade das situações de pobreza no trabalho. Segundo a mesma tabela, 24,7% dos trabalhadores pobres recebem menos do que o salário mínimo.

### **Que contratos têm os trabalhadores com “rendimentos de trabalho compatíveis com o salário mínimo” e inferiores?**

Entre os trabalhadores com “rendimentos compatíveis com o salário mínimo”, 11% tinham contratos temporários (Tabela 17). Nos que ganham menos, a prevalência de contratos temporários é de 29,4%.

**Tabela 17. Percentagem de trabalhadores por intervalo de rendimentos monetários por tipo de contrato (%)**

Tipo de Contrato	Cenário 1	
	]7 500 – 9 500[	< 7 500
Contrato sem termo	89,0	70,6
Contrato temporário	11,0	29,4

Fonte: ICOR 2021

Interpretação: Em 2019, 11% dos trabalhadores que ganhavam entre 7 500€ e 9 500€/ano de rendimento de trabalho bruto tinham um contrato temporário.

### **Qual é a composição dos rendimentos dos trabalhadores com “rendimentos de trabalho compatíveis com o salário mínimo”?**

Os rendimentos dos trabalhadores abrangidos pelo salário mínimo compõem-se da seguinte forma: 93,7% rendimentos de trabalho, cerca de 0,1% rendimentos de capital e 6,2% provenientes de transferências sociais (Tabela 18).

Para os trabalhadores que ganham menos do que o “rendimento de trabalho compatível com o salário mínimo”, a componente de transferências sociais representa 22,1% do rendimento total. Isto compara com a média dos trabalhadores entre os 18 e os 65 anos, cujo conjunto de rendimentos é composto por 93,9% de rendimentos de trabalho, 3,7% rendimentos de capital e 2,4% de transferências sociais (Tabela 11).

**Tabela 18. Composição do rendimento dos trabalhadores com “rendimentos de trabalho compatíveis com o salário mínimo” e inferiores**

	Cenário 1			
	]7500 – 9 500[		<7 500	
	%	Média (€)	%	Média (€)
<b>Tipo de Rendimento</b>				
Rendimento de trabalho	93,7	8 828,8	77,7	5 013,7
Rendimento de capital	0,1	12,0	0,2	11,4
Transferências sociais	6,2	586,1	22,1	1 425,0

Fonte: ICOR 2021

Interpretação: Em 2019, os rendimentos dos trabalhadores que ganhavam entre 7 500€ e 9 500€/ano eram compostos por 93,7% de rendimento de trabalho, 6,2% de transferências sociais e 0,1% de rendimentos de capital.

### Que tipo de agregados familiares têm mais trabalhadores com “rendimentos compatíveis com o salário mínimo”?

A Tabela 19 mostra as características sociodemográficas e os tipos de agregado que recebem “rendimentos compatíveis com o salário mínimo” e inferiores. As mulheres são mais uma vez mais afetadas: 26,6% das mulheres que trabalham recebem “rendimentos compatíveis com o salário mínimo”, contra apenas 17,4% dos homens trabalhadores. Os jovens (18/24 anos) e os mais velhos (55/64) são os que têm maiores percentagem neste intervalo de rendimento, 34% e 24%, respetivamente. Um em cada três trabalhadores com a escolaridade até ao ensino básico auferem “rendimentos compatíveis com o salário mínimo”. Da mesma maneira, 17% das famílias monoparentais e 15% das famílias numerosas têm adultos que recebem rendimentos dentro deste intervalo.

Com rendimentos inferiores aos compatíveis com o salário mínimo temos 5,6% das mulheres e 4% dos homens que trabalham. De longe, o grupo com maior prevalência nesta situação são os jovens (18/24 anos), com uma taxa de 11,5%. Dos trabalhadores com menos escolaridade (até ao ensino básico), 6,8% estão neste intervalo de rendimentos. É também importante dizer que 3,5% das famílias monoparentais e 4,5% das famílias numerosas têm adultos que recebem rendimentos inferiores aos compatíveis com o salário mínimo.

**Tabela 19. Grupos da população que ganham “rendimentos compatíveis com o salário mínimo” e inferiores**

Cenário 1				
	SMN (%) ]7 500 – 9 500[	Comparação SMN	<SMN (%) <7 500	Comparação <SMN
<b>Trabalhadores que ganham:</b>	21,9	-	4,8	-
<b>Género</b>				
Feminino	26,6	1,2	5,6	1,2
Masculino	17,4	0,8	4,0	0,8
<b>Grupo etário</b>				
18/24	34,2	1,6	11,5	2,4
25/34	22,3	1,0	4,9	1,0
35/44	19,1	0,9	4,6	1,0
45/54	21,1	1,0	3,7	0,8
55/64	24,1	1,1	4,8	1,0
<b>Nível de escolaridade</b>				
Até ensino básico	33,6	1,5	6,8	1,4
Ensino secundário e pós-secundário	23,8	1,1	4,1	0,9
Ensino superior	6,6	0,3	2,9	0,6
<b>Tipo de agregado</b>				
Família sem filhos dependentes	25,9	1,2	6,3	1,3
Família com filhos dependentes	18,5	0,8	3,5	0,7
Dois adultos com uma criança	17,4	0,8	3,3	0,7
Dois adultos com duas crianças	14,0	0,6	2,6	0,6
Monoparentais	17,3	0,8	3,5	0,7
Numerosas (Dois adultos com três ou mais crianças)	14,8	0,7	4,5	0,9

Fonte: ICOR 2021

Nota: A análise é feita para todos os trabalhadores com idade entre os 18 e os 65 anos. Uma pessoa é considerada um “filho dependente” se for menor de 18 anos, ou se tiver entre 18-24 anos de idade, for economicamente inativo e viver com pelo menos um dos pais.

Interpretação: Em 2019, 25,9% dos indivíduos que viviam em famílias sem filhos dependentes auferiam “rendimentos compatíveis com o salário mínimo” face a 6,3% dos indivíduos que viviam em agregados sem filhos dependentes que recebiam rendimentos inferiores. A percentagem de trabalhadores que viviam em famílias sem dependentes e auferiam “rendimentos compatíveis com o salário mínimo” é 1,2 vezes superior à percentagem de todos os trabalhadores que ganhavam “rendimentos compatíveis com o salário mínimo” (25,9% vs. 21,9%).

## Apêndice Técnico

- Limiar de Risco de Pobreza: corresponde a 60% do rendimento equivalente mediano nacional;
- Limiar das Baixas Remunerações: uma remuneração é considerada baixa se estiver abaixo de dois terços da remuneração mediana nacional;
- Rendimento Equivalente: o rendimento por adulto equivalente obtém-se dividindo o rendimento total da família por um quociente que traduz a composição familiar e as necessidades de consumo a ela associadas. É construído da seguinte forma: atribui-se o peso de 1 à primeira pessoa adulta, 0,5 às restantes e 0,3 a cada um dos menores de idade;
- Taxa de Risco de Pobreza: percentagem da população residente em Portugal que vive em famílias em que o rendimento equivalente disponível é inferior ao limiar de risco de pobreza;
- Trabalhador: um indivíduo, com idade entre os 18 e os 65 anos, que que trabalha a tempo inteiro ou a tempo parcial, por conta própria ou por conta de outrem, num qualquer trabalho remunerado ou com fins lucrativos.
- Trabalhador Pobre: trabalhador cujo rendimento equivalente disponível está abaixo do limiar de risco de pobreza;
- Trabalho: qualquer trabalho remunerado cuja remuneração inclui pagamentos em dinheiro ou em espécie.

## Anexo

**Tabela A1. Limiar dos rendimentos de trabalho bruto anual por quartil de rendimento de trabalho para os trabalhadores e os trabalhadores pobres (€)**

Quartis de rendimento de trabalho	Rendimento trabalho (em euros)
<b>Trabalhadores</b>	
Q1	8 652,0
Q2	11 685,4
Q3	19 363,8
Q4	263 636,9
<b>Trabalhadores Pobres</b>	
q1	5 000,0
q2	8 400,0
q3	10 000,0
q4	40 000,0

Fonte: ICOR 2021

Interpretação: Em 2019, um trabalhador do 1.º quartil de rendimento de trabalho (Q1) recebia no máximo 8 652€/ano de rendimentos de trabalho. Enquanto um trabalhador pobre do 1.º quartil de rendimento de trabalho (q1) recebia no máximo 5 000€/ano de rendimentos de trabalho.